

Sumário

Apresentação	13
Comentários à Lei 4.737/65. Institui o Código Eleitoral	15
Parte Primeira: <i>Introdução</i>	15
Parte Segunda: <i>Dos órgãos da Justiça Eleitoral</i>	49
Título I: <i>Do Tribunal Superior</i>	57
Título II: <i>Dos Tribunais Regionais</i>	91
Título III: <i>Dos Juízes Eleitorais</i>	130
Título IV: <i>Das juntas eleitorais</i>	138
Parte Terceira: <i>Do alistamento</i>	148
Título I: <i>Da qualificação e inscrição</i>	148
Capítulo I: <i>Da segunda via</i>	159
Capítulo II: <i>Da transferência</i>	160
Capítulo III: <i>Dos preparadores</i>	169
Capítulo IV: <i>Dos delegados de partido perante o alistamento</i>	169
Capítulo V: <i>Do encerramento do alistamento</i>	173
Título II: <i>Do cancelamento e da exclusão</i>	174
Parte Quarta: <i>Das eleições</i>	185
Título I: <i>Do sistema eleitoral</i>	185
Capítulo I: <i>Do registro dos candidatos</i>	189
Capítulo II: <i>Do voto secreto</i>	236
Capítulo III: <i>Da cédula oficial</i>	238
Capítulo IV: <i>Da representação proporcional</i>	239
Título II: <i>Dos atos preparatórios da votação</i>	250
Capítulo I: <i>Das seções eleitorais</i>	251
Capítulo II: <i>Das mesas receptoras</i>	252
Capítulo III: <i>Da fiscalização perante as mesas receptoras</i>	262
Título III: <i>Do material para a votação</i>	263
Título IV: <i>Da votação</i>	270
Capítulo I: <i>Dos lugares da votação</i>	270
Capítulo II: <i>Da polícia dos trabalhos eleitorais</i>	275
Capítulo III: <i>Do início da votação</i>	276
Capítulo IV: <i>Do ato de votar</i>	279
Capítulo V: <i>Do encerramento da votação</i>	291
Título V: <i>Da apuração</i>	294
Capítulo I: <i>Dos órgãos apuradores</i>	294
Capítulo II: <i>Da apuração nas juntas</i>	294
Seção I: <i>Disposições preliminares</i>	294
Seção II: <i>Da abertura da urna</i>	297
Seção III: <i>Das impugnações e dos recursos</i>	307
Seção IV: <i>Da contagem dos votos</i>	309
Seção V: <i>Da contagem dos votos pela mesa receptora</i>	343
Capítulo III: <i>Da apuração nos Tribunais Regionais</i>	345
Capítulo IV: <i>Da apuração no Tribunal Superior</i>	355
Capítulo V: <i>Dos diplomas</i>	360

Capítulo VI: <i>Das nulidades da votação</i>	369
Capítulo VII: <i>Do voto no exterior</i>	389
Parte Quinta: <i>Disposições várias</i>	394
Título I: <i>Das garantias eleitorais</i>	394
Título II: <i>Da propaganda partidária</i>	402
Título III: <i>Dos recursos</i>	422
Capítulo I: <i>Disposições preliminares</i>	422
Capítulo II: <i>Dos recursos perante as juntas e juízes eleitorais</i>	449
Capítulo III: <i>Dos recursos nos Tribunais Regionais</i>	452
Capítulo IV: <i>Dos recursos no Tribunal Superior</i>	474
Título IV: <i>Disposições penais</i>	478
Capítulo I: <i>Disposições preliminares</i>	478
Capítulo II: <i>Dos crimes eleitorais</i>	486
Capítulo III: <i>Do processo das infrações</i>	590
Título V: <i>Disposições gerais e transitórias</i>	611
Dispositivos da Constituição Federal	621
Lei Complementar 64/90. <i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da</i> <i>Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação</i>	653
Lei 9.096/95. <i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta</i> <i>os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal</i>	661
Título I: <i>Disposições preliminares</i>	661
Título II: <i>Da organização e funcionamento dos partidos políticos</i>	662
Capítulo I: <i>Da criação e do registro dos partidos políticos</i>	662
Capítulo II: <i>Do funcionamento parlamentar</i>	663
Capítulo III: <i>Do programa e do estatuto</i>	663
Capítulo IV: <i>Da filiação partidária</i>	664
Capítulo V: <i>Da fidelidade e da disciplina partidárias</i>	664
Capítulo VI: <i>Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos</i>	665
Título III: <i>Das finanças e contabilidade dos partidos</i>	666
Capítulo I: <i>Da prestação de contas</i>	666
Capítulo II: <i>Do Fundo Partidário</i>	668
Título IV: <i>Do acesso gratuito ao rádio e à televisão</i>	669
Título V: <i>Disposições gerais</i>	670
Título VI: <i>Disposições finais e transitórias</i>	670
Lei 9.504/97. <i>Estabelece normas para as eleições</i>	673
<i>Disposições gerais</i>	673
<i>Das coligações</i>	674
<i>Das convenções para a escolha de candidatos</i>	674
<i>Do registro de candidatos</i>	675
<i>Da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais</i>	678
<i>Da prestação de contas</i>	680
<i>Das pesquisas e testes pré-eleitorais</i>	682
<i>Da propaganda eleitoral em geral</i>	683
<i>Da propaganda eleitoral mediante outdoors</i>	684
<i>Da propaganda eleitoral na imprensa</i>	684
<i>Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão</i>	685
<i>Do direito de resposta</i>	689
<i>Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos</i>	690
<i>Das mesas receptoras</i>	691

<i>Da fiscalização das eleições</i>	691
<i>Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais</i>	693
<i>Disposições transitórias</i>	695
<i>Disposições finais</i>	697
Lei 4.717/65. <i>Regula a ação popular</i>	700
Lei 6.091/74. <i>Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais</i>	701
Lei 6.236/75. <i>Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral</i>	705
Dispositivos da Lei Complementar 35/79. <i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional</i>	706
Dispositivos da Lei 6.815/80. <i>Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração</i>	709
Lei 6.996/82. <i>Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais</i>	710
Lei 6.999/82. <i>Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral</i>	713
Lei 7.115/83. <i>Dispõe sobre prova documental nos casos que indica</i>	715
Lei 7.444/85. <i>Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado</i>	716
Lei 8.054/90. <i>Prorroga o prazo de vencimento do registro de partidos com representação parlamentar, federal ou estadual</i>	718
Lei 8.429/92. <i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional</i>	719
Dispositivos da Lei 8.625/93. <i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados</i>	721
Dispositivos da Lei Complementar 75/93. <i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União</i>	723
Lei Complementar 78/93. <i>Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal</i>	728
Dispositivos da Lei Complementar 80/94. <i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados</i>	729
Lei 9.709/98. <i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal</i>	732
Decreto 5.331/2005. <i>Regulamenta o parágrafo único do art. 52 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 99 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, para os efeitos de compensação fiscal pela divulgação gratuita da propaganda partidária ou eleitoral</i>	734
Resolução-TSE 19.406/95. <i>Instruções para fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos</i>	735
Resolução-TSE 19.481/96. <i>Instruções para o acesso gratuito ao rádio e à televisão pelos partidos políticos</i>	747

Resolução-TSE 19.994/97. <i>Estabelece normas para a criação e desmembramento de zonas eleitorais</i>	750
Resolução-TSE 20.958/2001. <i>Instruções que regulam a investidura e o exercício dos membros dos tribunais eleitorais e o término dos respectivos mandatos</i>	752
Resolução-TSE 21.009/2002. <i>Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau</i>	754
Resolução-TSE 21.372/2003. <i>Estabelece rotina para realização de correções nas zonas eleitorais do país</i>	755
Resolução-TSE 21.461/2003. <i>Dispõe sobre o encaminhamento de lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça ao Tribunal Superior Eleitoral e altera o formulário Modelo 2 (Res. 9.407/72)</i>	757
Resolução-TSE 21.538/2003. <i>Dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros</i>	758
Resolução-TSE 21.574/2003. <i>Dispõe sobre o Sistema de Filiação Partidária</i>	777
Resolução-TSE 21.702/2004. <i>Instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município</i>	779
Resolução-TSE 21.841/2004. <i>Disciplina a prestação de contas dos partidos políticos e a Tomada de Contas Especial</i>	780
Resolução-TSE 21.920/2004. <i>Dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto dos cidadãos portadores de deficiência, cuja natureza e situação impossibilitem ou tomem extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais</i>	790
Resolução-TSE 21.975/2004. <i>Disciplina o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas e a distribuição do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário)</i>	791
Resolução-TSE 21.991/2005. <i>Estabelece prazos para execução dos procedimentos relativos ao cancelamento de inscrições e à regularização da situação dos eleitores que deixaram de votar nas três últimas eleições consecutivas</i>	794
Instrução Normativa Conjunta SRF/TSE 609/2006	795
Portaria Conjunta SRF/TSE 74/2006	797
Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral	799
Anexo I – Minirreforma eleitoral de 2006	801
Aspectos relevantes da minirreforma eleitoral	802
Lei 11.300/2006. <i>Dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997</i>	821
Resolução-TSE 22.205/2006. <i>Regulamenta a Lei 11.300, de 10 de maio de 2006, que dispõe sobre propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997</i>	824
Bibliografia	827
Índice remissivo	831
Índice temático	840